



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 12 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 9 de março de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO

Para CNI, indústria está se recuperando 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

FOLHA DE SÃO PAULO

Fatma da indústria no PIB retorna ao nível dos anos 50 2
VEICULAÇÃO NACIONAL

YAHOO! NOTÍCIAS BRASIL

Novas MPs terão de ser analisadas por comissões mistas 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

AGÊNCIA BRASIL

Dilma nomeia jurista para integrar Comissão de Ética da Presidência | Agência Brasil 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

ASSESSORIA MDIC

Brasil busca parcerias para ampliar a cultura inovadora nas empresas 6
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ONLINE

Governo já adotou pelo menos 16 medidas setoriais 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR ONLINE

Governo já adotou pelo menos 16 medidas setoriais 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

ESTADAO.COM

Política industrial brasileira é 'receita para declínio', diz Economist 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR

Sem atrair novas fabricantes no país, moto elétrica patina 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP

Indústria de tecnologia ficou sem componentes 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

O MAMORÉ - RO

Suframa convoca aprovados em concurso 14
VEICULAÇÃO NACIONAL

DIÁRIO DE SUZANO - SP

Presidente Dilma Rousseff tentará conter insatisfação da base aliada 15
VEICULAÇÃO NACIONAL

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Para CNI, indústria está se recuperando		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Entidade avalia que início de ano foi ruim para a indústria, mas espera resultados mais positivos nos próximos dois ou três meses

EDUARDO CUCOLO/BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avalia que o processo de acumulação de estoques do setor pode estar chegando ao fim e espera resultados mais positivos nos próximos dois ou três meses.

Os indicadores industriais de janeiro, divulgados ontem, ainda não mostram sinais claros de recuperação, segundo o gerente executivo da Unidade de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco.

A expectativa, no entanto, é que uma solução no problema fiscal da Grécia, a redução dos juros no Brasil e o mercado de trabalho contribuam para a recuperação do setor, que registrou queda no faturamento pelo segundo mês consecutivo em janeiro: "A nossa expectativa é que o ambiente melhore gradualmente, principalmente no segundo semestre, mas já no primeiro semestre vamos ter uma resposta positiva. Até porque a demanda se mantém forte, com praticamente pleno emprego e aumento de salários e benefícios."

O economista avalia que, se o fim do processo de acumulação de estoques se confirmar, há espaço para que a produção volte a crescer, mesmo que de forma moderada. O indicador que continuará a prejudicar a indústria, diz Castelo Branco, é o câmbio.

Variáveis. "Na contramão dessas variáveis que podem melhorar está a valorização da moeda brasileira. A taxa de câmbio tem uma tendência dominante de valorização que

dificulta a competição com produtos importados e nos mercados internacionais." Para a CNI, os números de janeiro mostraram "sinais ambíguos". A queda de 1,4% no faturamento real da indústria, na comparação com dezembro de 2011, foi a segunda consecutiva e interrompeu uma sequência de seis altas seguidas. O indicador de emprego, por outro lado, teve o segundo mês de "forte alta", no entender da entidade, com aumento de 0,5%.

O uso da capacidade cresceu em janeiro para 81,9%, após quatro meses de baixa, mas ainda está abaixo do verificado no primeiro semestre do ano passado. Para a CNI, a tendência para esse indicador ainda é de queda.

Em janeiro, setores importantes, como veículos e máquinas/ materiais elétrico, ficaram entre os que apresentaram as maiores quedas do faturamento. Esse último registrou também a maior redução no uso da capacidade.

Apesar de não ter visto sinais de recuperação nos números de janeiro, a Confederação avalia que algumas medidas já anunciadas pelo governo terão efeito defasado sobre a economia. Mesmo assim, a CNI avalia que esses indicadores e os números do Produto Interno Bruto (PIB) de 2011, divulgados nesta semana, mostram um setor estagnado e que precisa de medidas mais fortes para que possa voltar a crescer.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO		EDITORIA
	TÍTULO Fatia da indústria no <u>PIB</u> retorna ao nível dos anos 50		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Participação do setor caiu para 14,6%, a menor desde 1956, primeiro ano do governo Juscelino Kubitschek

A participação da indústria brasileira no PIB (Produto Interno Bruto) do ano passado recuou ao patamar de 1956, ano em que o presidente Juscelino Kubitschek lançou o plano de metas "50 anos em 5" -exatamente para estimular o crescimento industrial do país.

No ano passado, o setor representou apenas 14,6% do PIB. O auge da contribuição foi em 1985, com 27,2%. Desde então, tem caído.

A alta das importações, a falta de competitividade e o avanço de outros setores são os principais fatores que levaram ao recuo industrial.

"A queda é a prova do processo de desindustrialização do país", disse Paulo Skaf, presidente da Fiesp.

O Ministério do Desenvolvimento reconheceu que há "desintegração de elos" da cadeia industrial e disse que a atual taxa de câmbio mina medidas de apoio.

	VEÍCULO YAHOO! NOTÍCIAS BRASIL		EDITORIA
	TÍTULO Novas MPs terão de ser analisadas por comissões mistas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASÍLIA - A primeira decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a tramitação de medidas provisórias no Congresso causou surpresa e dividiu opiniões no Congresso. Foi um susto para o governo, parlamentares e técnicos legislativos que apontaram, desde cedo, a preocupação de que ela colocaria em xeque medidas provisórias editadas desde setembro de 2001, quando a atual regra entrou em vigor por meio da Emenda Constitucional 32. Outros, em especial a oposição, aplaudiram a decisão e consideram **importante** cumprir todos os passos previstos na Constituição, para reduzir o poder do Executivo de legislar por MPs.

Caso o STF não recuasse na decisão, ficariam passíveis de contestação MPs **importantes** que foram votadas seguindo o rito que agora o Supremo exige que seja revisto. Por exemplo, as medidas editadas ao longo de vários anos que deram reajuste ao salário mínimo, a correção aos aposentados que ganham acima do mínimo, e ainda MPs que criaram programas **importantes** como o Brasil sem Miséria, Brasil Maior, e Bolsa Família, além de MPs na área econômica para enfrentar a crise internacional.

Mudanças na análise das MPs pelo Congresso

Mas a decisão do STF deverá aumentar a pressão para mudar o rito das MPs por meio das propostas de emendas constitucionais (PECs) em discussão no Congresso.

- Pode aumentar a pressão, mas desde que entrei aqui se fala em alterar o rito - disse o líder do governo na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP).

O secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, também veio a público externar sua preocupação e a legalidade da criação do Instituto Chico Mendes.

- Havia uma situação muito específica em relação ao Chico Mendes. Se vocês forem analisar a decisão do Supremo, ela fala muito da questão do Legislativo, da falta de uma comissão lá no legislativo - afirmou Carvalho.

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), é autor de uma PEC, já aprovada pelo Senado, e que está parada na Câmara. A proposta, que teve como relator no Senado o senador Aécio Neves (PSDB-MG), acaba com a

necessidade da comissão especial - exigida agora pelo Supremo - e prevê que a admissibilidade das medidas provisórias devem ser analisadas pelas Comissões de Constituição e Justiça da Câmara e do Senado (CCJ).

Curiosamente, foi Aécio quem promulgou a Emenda 32, hoje em vigor, quando era presidente da Câmara, como forma de acabar com as infinitas reedições de MPs, que só valiam por 30 dias, na época. A MP que criou o Plano Real, de 1994, por exemplo, foi reeditada por sete anos.

- Vamos cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal e esperamos a comunicação que ele vai nos fazer, de modo a tomar as providências que cabem ao Senado - disse Sarney.

O presidente da Câmara, Marco Maia, não quis comentar ainda a decisão do Supremo.

O primeiro a alertar para uma eventual insegurança jurídica foi Vaccarezza.

- Acredito que essa decisão vai trazer insegurança jurídica grande. A criação do Instituto Chico Mendes por uma medida provisória já era um fato jurídico perfeito, porque a vontade do legislador de criar a instituição estava expressa. Portanto, a decisão do Supremo deveria valer daqui pra frente - disse Vaccarezza.

Mais tarde, ele comemorou o recuo do Supremo.

- A nova decisão foi positiva. Mas essa decisão também deixará dúvidas. E se a comissão especial não deliberar em 14 dias? O tempo do legislativo é diferente - ponderou Vaccarezza.

Araújo: centenas de leis precisam de cobertura legal

O líder do PSDB na Câmara, deputado Bruno Araújo (PE), também frisou a importância de se manter a segurança jurídica, mas elogiou a mudança para o futuro.

- O **importante** é que, daqui para frente, o Congresso Nacional cumpra o que de fato não cumpria há anos: criar as comissões para que haja discussão menos açodada no plenário. O que houve para trás é algo que precisa de uma solução porque estamos falando de centenas de leis que

precisam ter uma cobertura e proteção legal para estabilidade jurídica do sistema brasileiro - disse o tucano.

O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) comemorou a decisão atualizada do Supremo.

- A exigência da comissão especial é política. Deixa um legado para aperfeiçoar o equilíbrio entre Executivo e Legislativo - disse Miro.

	VEÍCULO AGÊNCIA BRASIL		EDITORIA
	TÍTULO Dilma nomeia jurista para integrar Comissão de Ética da Presidência Agência Brasil		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Repórter da Agência Brasil

Brasília - A presidenta Dilma Rousseff nomeou o jurista Lourenço Masset Lacombe para integrar a Comissão de Ética da Presidência da República. A nomeação foi publicada na edição de hoje (8) do Diário Oficial da União e o mandato tem duração de três anos.

Lacombe foi presidente do Tribunal **Regional** da 3ª Região. Ele assume a vaga do ex-conselheiro Hermann Assis Baeta, que deixou a comissão no ano passado, após o final do mandato.

A Comissão de Ética da Presidência da República é formada por sete membros escolhidos pelo presidente da República, que se reúnem mensalmente, e tem como missão

orientar as autoridades no cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal.

Entre as atividades recentes da comissão estão a recomendação à presidenta Dilma Rousseff para que exonerasse o então ministro do Trabalho Carlos Lupi em função de denúncias de irregularidades à frente da pasta, e a abertura de procedimento para investigar o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando Pimentel, pela prestação de consultorias em 2009 e 2010.

Edição: Nádia Franco

	VEÍCULO ASSESSORIA MDIC		EDITORIA
	TÍTULO Brasil busca parcerias para ampliar a cultura inovadora nas empresas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Secretário de Inovação, Nelson Fujimoto, visitou a Sociedade Fraunhofer, na Alemanha, em busca de parcerias para ampliar a troca de conhecimento entre centros de estudos e empresas brasileiras

Braunschweig - Alemanha (9 de março) - O secretário de Inovação do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Nelson Fujimoto, esteve, nesta quinta-feira (8), na Sociedade Fraunhofer, Alemanha, para conhecer a experiência do maior centro de pesquisa aplicada da Europa. A instituição, que promove parcerias entre universidade, setor empresarial e governo, tem mais de 80 unidades de pesquisa espalhadas pelo país.

Segundo Fujimoto, que visitou a instituição a convite da diretoria, a iniciativa alemã pode servir de inspiração para o Brasil. "Esse modelo é **importante** por possibilitar a interação entre universidade, empresa e governo. Entre o conhecimento que nasce nas universidades e as indústrias. É essa troca de conhecimento que produz pesquisa aplicada, área na qual ainda precisamos avançar muito no Brasil", explicou.

Conforme o secretário, o Plano **Brasil Maior** é uma resposta à necessidade de um salto tecnológico da indústria nacional, a partir de investimentos em pesquisa e inovação, e pode se beneficiar da inteligência acumulada pela

experiência alemã. "Estamos identificando, em cada setor, quais são as dificuldades. Em seguida, vamos definir áreas que podem ser beneficiadas por um intercâmbio ou consultoria com a Sociedade Fraunhofer. É **importante** conhecer e compreender como os alemães operam a questão da inovação na indústria para poder aplicar na realidade brasileira", sustentou Fujimoto, ao lembrar parceria já firmada entre o **Ministério** da Ciência, Tecnologia e Inovação com a organização alemã.

CeBIT - A visita à Sociedade Fraunhofer aconteceu durante a Feira Internacional das Tecnologias da Informação e das Comunicações (CeBIT 2012), que ocorre até o dia 10 de março, em Hannover, na Alemanha. O **Brasil** é país-parceiro desta edição da CeBIT, a convite do governo alemão.

A delegação brasileira é integrada por mais de 100 empresas, com estandes espalhados por toda a feira. O evento recebeu a visita da presidenta da República, Dilma Rousseff, e do ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **PIM**entel, que participaram da abertura e visitaram os estandes ao lado da chanceler alemã, Angela Merkel.

	VEÍCULO VALOR ONLINE		EDITORIA
	TÍTULO Governo já adotou pelo menos 16 medidas setoriais		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Desde o início da gestão de Dilma Rousseff o **Governo Federal** divulgou pelo menos 16 medidas para proteção comercial ou para aumentar a competitividade da indústria doméstica. Apesar de serem consideradas positivas, a

avaliação de representantes das indústrias é de que elas demoraram para ser implementadas e tiveram efeitos pontuais. A avaliação se estende para as medidas mais emblemáticas do "Brasil Maior", a política industrial aplicada a partir do ano passado.

	VEÍCULO VALOR ONLINE		EDITORIA
	TÍTULO Governo já adotou pelo menos 16 medidas setoriais		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Desde o início da gestão de Dilma Rousseff o **Governo Federal** divulgou pelo menos 16 medidas para proteção comercial ou para aumentar a competitividade da indústria doméstica. Apesar de serem consideradas positivas, a

avaliação de representantes das indústrias é de que elas demoraram para ser implementadas e tiveram efeitos pontuais. A avaliação se estende para as medidas mais emblemáticas do "Brasil Maior", a política industrial aplicada a partir do ano passado

	VEÍCULO ESTADAO.COM		EDITORIA
	TÍTULO Política industrial brasileira é 'receita para declínio', diz Economist		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Publicação britânica diz que protecionismo do governo brasileiro dificulta o aumento da competitividade das indústrias do país.

O protecionismo do Brasil em relação a sua indústria é uma "receita para o declínio industrial", afirma a revista britânica The Economist em sua edição mais recente.

A atual disputa entre Brasil e México a respeito de um acordo de 2002 que permite o livre comércio de carros entre os dois países, segundo a revista, mostra as diferenças entre os modelos industriais dos dois países.

O México, com uma economia mais aberta após o Acordo de Livre Comércio Norte-americano (Nafta), se tornou uma base para montadoras de todo o mundo e, no ano passado, exportou 2,1 milhões dos 2,6 milhões de veículos que produziu.

Já o Brasil, cuja política, de acordo com a Economist, obrigou as empresas a abrirem fábricas locais para suprirem a demanda interna por carros, exportou somente 540 mil dos 3,4 milhões de veículos produzidos em 2011, faturando meros US\$ 372 milhões, enquanto as exportações mexicanas renderam ao país US\$ 2 bilhões.

Por causa do menor faturamento, o país pressiona por mudanças no acordo com o México, que incluem o aumento da porcentagem de componentes locais nos veículos e a limitação das importações livres de impostos. Segundo a revista as autoridades brasileiras afirmam que montadoras americanas e asiáticas se beneficiam do acordo, fabricando carros no México que acabam sendo exportados para o Brasil.

"O Brasil vê seu mercado doméstico como um bem a ser protegido. E vê as importações da China, mais baratas por causa do fortalecimento do real, como uma ameaça a sua indústria", diz a publicação. O artigo ressalta que em 2011, a importação de carros pelo Brasil cresceu 30%, sendo que a

de veículos fabricados na China teve um aumento de mais de 10 vezes.

Publicação britânica diz que protecionismo do governo brasileiro dificulta o aumento da competitividade das indústrias do país.

Preocupação

A Economist afirma ainda que, apesar do revés que a indústria mexicana sofreu no início do Nafta, em 1994, a abertura à competição com empresas internacionais fez com que as indústrias locais que sobreviveram ao impacto se tornassem mais eficientes e impulsionassem um crescimento do percentual da indústria no PIB do país.

Já o Brasil teria "um problema de competitividade, e não de mercado", nas palavras de um consultor de São Paulo, citado pela reportagem.

A revista indica que o protecionismo característico da política industrial brasileira pode ter sido o responsável pela queda do percentual de produção industrial no PIB de 17,2% em 2000 para 14,6% em 2011.

A diminuição da produção industrial, causada por impostos elevados e pelo peso dos encargos, também é considerada uma das razões pelas quais a economia brasileira cresceu somente 2,7% no ano passado.

A tentativa de estender o modelo protecionista ao Mercosul, segundo a revista, pode dificultar ainda mais o crescimento da indústria brasileira.

	VEÍCULO VALOR		EDITORIA
	TÍTULO Sem atrair novas fabricantes no país, moto elétrica patina		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Sem atrair novas fabricantes no país, moto elétrica patina

Por Eduardo Laguna | De São Paulo

Em choque com os hábitos do consumidor brasileiro e à margem pela falta de uma política de incentivo ao setor, o **mercado** de motocicletas elétricas está longe de deslanchar no Brasil. Apesar do apelo ambiental, o produto ainda esbarra na baixa autonomia das baterias - de 50 a 70 quilômetros -, um ponto crítico em um país onde o condutor tem a cultura de utilizar veículos, mesmo de duas rodas, para percorrer longas distâncias.

Não poluidoras e silenciosas, as motos elétricas são com frequência apontadas como o futuro da indústria, mas, por enquanto, a Kasinski é a única entre as montadoras a desbravar essa tecnologia. Há mais de um ano, a empresa fabrica motonetas (scooters) movidas a baterias de lítio ou chumbo-ácido no polo industrial de **Manaus**.

Empresas que chegaram a apresentar protótipos ao público não se arriscam a entrar definitivamente no negócio. Entre elas, a Dafra, do grupo Itavema, ainda tem em fase de **desenvolvimento** uma scooter elétrica exposta em outubro no Salão Duas Rodas, realizado na capital paulista.

Por outro, as grandes fabricantes instaladas no país - Honda e Yamaha -, a **produção** dessas motos nem chega a ser um projeto no momento, embora protótipos sejam desenvolvidos pelas matrizes no Japão. Dona de quase 80% do **mercado** nacional de motocicletas, a Honda ainda prefere aproveitar a farta disponibilidade de etanol para investir no **desenvolvimento** dos modelos flex, já responsáveis por mais da metade das vendas da marca.

Os desafios colocados para a popularização das motos elétricas começam na falta de uma rede de abastecimento, passam pela inexistência de fornecedores locais de componentes ligados ao sistema elétrico e culminam na insuficiência de estímulos fiscais e de financiamento.

Hoje, a tecnologia vem, principalmente, da China, onde - em contraposição ao estágio embrionário na maior do mundo - já existe um **mercado** de motos elétricas bem estabelecido, com grande número de fabricantes locais.

Para entrar nesse negócio, a Kasinski se baseou na tecnologia da fabricante chinesa Zongshen - sócia do empresário brasileiro Claudio Rosa na **produção** de motocicletas da marca - e se aliou à distribuidora de energia Light na criação de uma empresa voltada à atuação no **mercado** elétrico, a CR Zongshen E-Power.

No momento, as companhias se debruçam no mapeamento dos pontos onde podem ser instaladas as unidades de abastecimento de energia e de descarte de baterias. Também estudam alternativas sobre como monetizar a energia fornecida pela Light às motocicletas: uma possibilidade é a emissão de cartões pré-pagos, que poderiam ser usados pelo usuário para "recarregar" o veículo fora de casa.

De acordo com Claudio Rosa, as vendas de motos elétricas da marca ainda são tímidas, girando hoje ao redor de 150 unidades por mês - o representa menos de 5% do volume total negociado pela montadora em janeiro (3,24 mil unidades).

Devido a limitações ligadas à autonomia das baterias, o produto é bastante procurado para a circulação em ambientes delimitados - como trabalhos de vigilância em estacionamentos e condomínios - e tem maior aceitação por empresas e instituições preocupadas em apresentar ações de sustentabilidade.

Já para o consumidor comum, a nova tecnologia ainda encontra resistência. "Está crescendo mais no setor corporativo e mostra uma evolução mais lenta para o público porque representa uma quebra de conceito na utilização de motos. É tudo uma questão de hábito e familiarização com o tipo do produto", acredita Rosa.

Estímulos fiscais, combinados a uma maior disponibilidade de crédito (no qual as restrições no segmento duas rodas costumam ser maiores do que no **mercado** de carros), são tidos como fundamentais para vencer a resistência e incentivar o **desenvolvimento** de motos mais potentes - hoje, a **produção** se restringe a motonetas.

Além da isenção dos impostos de **importação** para a montagem dessas motos na **Zona Franca** de **Manaus**, veículos

elétricos contam atualmente com isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) em sete Estados: Ceará, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Rio Grande do Sul. Em outros três - São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul -, existem alíquotas de IPVA diferenciadas.

Para Moacyr Alberto Paes, diretor-executivo da Abraciclo - a entidade que abriga os fabricantes nacionais de motocicletas -, a extensão dos benefícios tributários

representaria um estímulo à aquisição de veículos não poluentes pelas pessoas, dentro de políticas de controle nas emissões de gases.

"O melhor subsídio é o incentivo tributário. O veículo produzido em **Manaus** tem uma carga de impostos menor, mas, por outro lado, existem custos com o frete que pressionam os preços. Quando houver incentivo fiscal e financiamentos, o consumidor certamente passará a optar por veículos elétricos."

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Indústria de tecnologia ficou sem componentes		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O terremoto seguido por tsunami no Japão afetou a indústria de tecnologia, mas ela também foi impactada pelas inundações na Tailândia, em outubro. As duas regiões são responsáveis pelo fornecimento de componentes para empresas da área.

"Não parou apenas a produção de semicondutores, mas de equipamentos. Houve problema em toda a cadeia", diz Herberto Yamamuro, presidente da empresa de tecnologia Nec.

No caso do Japão, 50% da produção de semicondutores do país-que detém 1/3 do mercado global - fica na área afetada pelo desastre natural. "As fábricas de semicondutores no Japão são mais complexas, para automação industrial, eletrônica embarcada em carros, computadores de grande porte, infraestrutura de telecomunicações. A indústria automobilística foi afetada porque faltava componente para eletrônica embarcada nos carros", explica.

A Tailândia tem um complexo de produção de componentes para equipamentos de consumo, como smartphones, TVs e PCs. Na Nec, os problemas na Tailândia

afetaram a produção de servidores e terminais de PABX e a empresa vai transferir a fábrica de lá para as Filipinas.

Já no Japão, a Nec tinha cinco fábricas na região afetada pelo desastre - duas de semicondutores.

Das cinco, uma ficou irrecoverável e foi instalada em outra área do país. As plantas voltaram a funcionar em um período de três a seis meses.

No caso da Tailândia, a situação é diferente. "A recuperação não está sendo rápida e isso está causando desabastecimento no mercado japonês".

A projeção da Nec é de prejuízo de US\$ 1 bilhão no exercício de 2011-que termina neste mês -, contra lucro de US\$ 400 milhões em 2010. O Brasil, que representa 15% da operação mundial da Nec, deve faturar R\$ 430 milhões em 2011, com alta de 20% ante o ano anterior.

	VEÍCULO O MAMORÉ - RO		EDITORIA
	TÍTULO Suframa convoca aprovados em concurso		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A **Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)** está reforçando a convocação de 11 candidatos nomeados por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 23 de fevereiro de 2012, para atuar como **Agentes Administrativos nas Unidades Descentralizadas da autarquia. A convocação refere-se ao concurso público realizado pela SUFRAMA em 2008.**

Os convocados têm até o dia 23 de março para entregar os documentos necessários para a posse. Maiores informações, entrem em contato com a **SUFRAMA** pelos telefones (69) 3541-0301 (Guajará-Mirim/RO), (69) 3224-4337 (Porto Velho/RO), (68) 2106-0700 (Rio Branco/AC), (95) 2121-2151 / 2121-2160 (Boa Vista/RR) e (96) 2101-0151 (Macapá-Santana/AP).

Lista de candidatos convocados

Nº de Inscrição Nome Local de Trabalho Código da Vaga

Suframa 07040275 Carlos Alberto Meira Filho Boa Vista/RR 0480584

Suframa 07012392 Ingrid Daiane Lima Boa Vista/RR 0682477

Suframa 07040891 Jawilson da Costa Oliveira Boa Vista/RR 0680353

Suframa 07031526 Jacy Alves Lopes Júnior Guajará-Mirim/RO 0693453

Suframa 07030363 Antomar Ramos de Castro Guajará-Mirim/RO 0499625

Suframa 07032039 Luciano Francisco Gomes Serafim Porto Velho/RO 0042735

Suframa 07030229 Ana Cristina Moreira Dias Coelho Porto Velho/RO 0059280

Suframa 07051230 Ivo Costa de Moura Macapá e Santana/AP 0062029

Suframa 07050017 Aarão Teixeira dos Santos Macapá e Santana/AP 0201788

Suframa 07022008 Vandermir Alves de Oliveira Rio Branco/AC 0412372

Suframa 07021597 Onassis Luciano Amorim Cristiano Rio Branco/AC 0423022

	VEÍCULO DIÁRIO DE SUZANO - SP		EDITORIA
	TÍTULO Presidente Dilma Rousseff tentará conter insatisfação da base aliada		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Um dia depois de a presidente Dilma Rousseff sofrer a primeira derrota imposta pela sua base aliada no Senado, em especial o PMDB, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que estão previstas conversas da presidenta com as bancadas de cada partido da aliança política.

Na última quarta-feira, a indicação, pelo Executivo, do nome de Bernardo Figueiredo para ocupar o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) foi rejeitada pelo Senado por 36 votos, sendo a maioria deles de parlamentares governistas. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) chegou a apresentar requerimento para adiar a votação da matéria, mas, como o pedido foi derrotado, o presidente do Senado, José Sarney, colocou a mensagem presidencial com o nome de Figueiredo em votação.

"O governo terá que correr atrás do prejuízo. O PMDB, por ser o maior partido, foi o que teve maior número de senadores (que votaram contra a indicação presidencial), mas, proporcionalmente ao tamanho de cada bancada, ficou claro que se trata de uma insatisfação generalizada, que precisa ser estancada", destacou o líder.

Perguntado quando seriam iniciadas as conversas com os partidos aliados, ele disse que depende apenas da presidente marcar. Nesses encontros, estaria presente, também, a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

Ontem, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) solicitou pedido de vista, na Comissão de Infraestrutura, das mensagens presidenciais que indicam mais dois diretores para a ANTT, Hederverton Andrade Santos e Mario Rodrigues Júnior. A presidente da comissão, Lúcia Vânia (PSDB-GO),

concedeu vista coletiva, ou seja, para todos os parlamentares. Assim, as mensagens retornam à pauta na reunião da próxima quinta-feira. Segundo ela, o adiamento das votações servirá para que os relatores analisem melhor as indicações, além de dar autonomia à presidente Dilma para trocar os nomes, se for o caso.

COMISSÃO DE ÉTICA A presidente Dilma Rousseff nomeou o jurista Américo Lourenço Masset Lacombe para integrar a Comissão de Ética Pública da Presidência da República. A designação foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União. Lacombe já deve participar da próxima reunião da comissão, marcada para a segunda-feira. Ele assume o lugar de Hermann Assis Baeta, que estava vago desde maio do ano passado. O mandato é de três anos.

A expectativa é a de que, na reunião de segunda-feira, o conselheiro Fábio Coutinho apresente relatório sobre o ministro do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Fernando **Pimentel**, que tem sido alvo de denúncias por conta de contratos assinados pela sua empresa de consultoria.

MINHA CASA MINHA VIDA A presidente fez ontem um pronunciamento em cadeia de rádio e TV, em razão do Dia Internacional da Mulher. Na ocasião, Dilma anunciou uma Medida Provisória que altera regras no programa do Minha Casa, Minha Vida para beneficiar as mulheres.

A MP estabelece que, em caso de financiamentos para famílias com renda de até três salários mínimos, quando houver divórcio ou dissolução da união civil estável, a propriedade ficará com a mulher. A exceção é para o caso em que o casal tiver filhos e a guarda for exclusiva do pai. No caso da guarda ser compartilhada, o imóvel fica com a mulher.